TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 1

SINMED·MG
SINDICATO DOS MÉDICOS DE MINAS GERAIS

TRABALHO MÉDICO

Jornal do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais

Impresso Especial
9912163762/2007 DRMG
Sind. dos Médicos Estado MG
...CORREIOS...

DEVOLUÇÃO GARANTIDA ...CORREIOS...

Ano 6 - nº 36 - setembro/outubro 2011

Mais um capítulo na luta dos médicos da saúde suplementar

RRFotos

Representantes de entidades médicas, autoridades e deputados no Dia Nacional de Protesto, em Belo Horizonte

Além de paralisação de 80% da categoria, o Dia Nacional de Protesto dos médicos que atuam na Saúde Suplementar, 21 de se-tembro, foi marcado em Minas Gerais por uma audiência pública na Assembleia Legis-lativa (ALMG), em Belo Horizonte. Um dos frutos da audiência será a visita de uma comissão formada por parlamentares, médi-cos e profissionais de saúde à Agência Nacio-nal de Saúde Suplementar, à Anvisa e à Secretaria de Direito Econômico, em Brasília.

PÁGINA 5

Visita ao gabinete do deputado Mosconi (à dir.)

ALMG

Médicos do Estado buscam apoio de deputados na ALMG

Uma comissão de médicos, acompanhada da diretoria do Sinmed-MG, visitou vários ga-binetes na casa Legislativa, em busca de apoio dos parlamentares na solução de problemas relacionados aos médicos que atuam no Estado.

PÁGINA 4

ATENÇÃO BÁSICA

Seminário discute "Manchester" na rede básica da PBH

Convidados e realizadores do seminário respondem às perguntas do auditório

Promovido pelo Sinmed-MG, em par-ceria com a Associação Mineira de Me-dicina da Família e Comunidade, o semi-nário despertou grande interesse e atraiu mais de 200 médicos.

PÁGINAS 10 E 11

LUTAS SINDICAIS

Pediatras fazem assembleia para avaliar retornos das operadoras. Houve alguns ganhos, mas negociação continua PÁG 5

Ipsemg: continua grande a expectativa em relação às mudanças no instituto. Enquanto isso, insatisfação predomina PÁG 7

No interior, médicos de Pouso Alegre e Curvelo participam de novas assembleias em busca de melhorias PÁG 8

DIA DO MÉDICO
Programação especial inclui homenagens, seminário "O médico, o sonho e o des(encanto)" e mostra coletiva de fotografia PÁG 2

FESUMED
Nova diretoria da Regional Sudeste da Fenam toma posse. Otto Fernando Baptista, do Espírito Santo, é o novo presidente PÁG 9

EC 29
Câmara vota regulamentação da Emenda Constitucional, mas perda de recursos não agrada e decisão fica com o Senado PÁG 12

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 2

EDITORIAL

Recentemente a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou a implantação do protocolo de Manchester nas unidades de atenção básica, provocando grande apreensão entre a categoria. A necessidade de aprofundar essa discussão tão importante e atual levou o Sinmed-MG a realizar, junto com a Associação Mineira de Medicina de Família e Comunidade, o seminário "O Uso do Manchester na rede básica de Belo Horizonte".

As mais de 200 vagas foram preenchidas imediatamente, mostrando a pertinência do tema. Para ampliar o acesso aos debates, o sindicato transmitiu o seminário ao vivo, pela internet, com repercussão em várias partes do país. A grande procura nos mostrou, mais uma vez, a importância do nosso papel como interlocutor dos médicos. O seminário foi muito positivo e abriu novos caminhos para essa complexa discussão.

Nesse sentido, o sindicato tem se empenhado também na melhoria dos honorários dos médicos que atuam na saúde suplementar. Abrimos novas frentes de luta com a realização de uma assembleia geral extraordinária com os médicos que atendem aos planos de saúde. Uma pauta comum foi enviada às operadoras. Também estamos atentos às reivindicações dos médicos pediatras. Duas as-sembleias já foram realizadas, em conjunto com a Sociedade Mineira de Pediatria, em busca de me-lhorias para a especialidade.

A audiência pública realizada por iniciativa da Assembleia Legislativa, no Dia Nacional de Protesto, 21 de setembro, com a presença das entidades médicas, sensibilizou o Legislativo estadual que se comprometeu a ir a Brasília para conversar com a As-sociação Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Anvisa e Secretaria de Direito Econômico (SDE) para levar as reivindicações dos médicos mineiros ligados às operadoras de planos de saúde.

Também com o intuito de buscar apoio junto ao Legislativo, uma comissão formada por diretores do Sinmed-MG e médicos do Estado visitou vários gabinetes na Assembleia Legislativa. As ações, somadas, dão visibilidade à causa do médico, que amplia seu espaço nas várias esferas de decisão da saúde no município, no Estado e no país.

Diretoria Sinmed-MG

EXPEDIENTE

Publicação do Sinmed-MG
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
30130 090 - BH - MG **Fone:** (31) 3241-2811
geral@sinmedmg.org.br – www.sinmedmg.org.br

Conselho Diretor - Diretoria Executiva: *Amélia Maria Fernandes Pessôa, André Christiano dos Santos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Fernando Luiz de Mendonça, Jacó Lampert, Maria Madalena dos Santos Souza, Paulo Eustáquio Marra Pinto.*

Conselho Diretor - Demais Membros: *Adriano Faustino de Figueiredo, Ana Cristina Fonseca Espínola, Ariete do Perpétuo Socorro Domingues de Araújo, Artur Oliveira Mendes, César Miranda dos Santos, Djard Lisboa Moreira Filho (licenciado), Edson Freixo, Eduardo Almeida Cunha Filgueiras, Eduardo Vial Faria, Geraldo José Coelho Ribeiro (licenciado), Leonardo Belga Ottoni Porto, Márcio Costa Bichara, Margarida Constança Sofal Delgado, Milward Antônio de Faria.*

Conselho Fiscal: *Andréa Chaimowicz, Érika Monteiro P. Mourão, José Alvarenga Caldeira, Josemar de Almeida Moura, Maria Luisa Vianna, Raidan de Carvalho Canuto.*
Ouvidoria Sindical: *Ewaldo A. Fraga de Mattos Júnior e Helena Pinheiro Garrido.*

Departamento de Comunicação:
Diretor - *Fernando Mendonça.* Jornalista: *Rosângela Costa (MT 11.320/MG)*
Jornalista Responsável: *Regina Perillo (MT 11.697/SP)*
Textos e Edição: *Regina Perillo (MT 11.697/SP), Rosângela Costa (MT 11.320/MG) e Gracielle Pessoa (MT 07.589/MG)*
Projeto Gráfico: *Zoo Comunicação*
Diagramação e Ilustrações: *Genin Guerra*
Fotos: *Gláucia Rodrigues*
Impressão: *Lastro*
Tiragem: *24.500 exemplares*

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

HOMENAGEM

Entidades comemoram Dia do Médico com homenagens e programação diversificada

A Associação Médica de Minas Gerais (AMMG), o Conselho Regional de Medicina (CRMMG) e o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) programaram uma série de atividades para homenagear os médicos, durante o mês de outubro.

Elson Violante

Na abertura da programação, dia 17, na sede da Associação Médica, as entidades homenagearão com o título de "Personalidade Médica 2011" cinco profissionais que mereceram destaque pelo exercício, dedicação e carinho à profissão.

Elson Violante, ex-diretor do Sinmed-MG, é um dos homenageados. Eleito destaque na categoria "Atividade Associativa/Defesa Profissional", Violante foi um dos diretores mais combativos e presente nas lutas e campanhas do Sindicato dos Médicos.

Também serão homenageados: Atividade Científica - Manoel Otávio da Costa Rocha; Atividade Clínica - Silvério Olímpio do Couto; Atividade Docente - José de Souza Andrade Filho; Atividade Saúde Pública - José Alves Viana (Deputado estadual Doutor Viana).

Dia 20 de outubro, o "Jubilados de Ouro" homenageará os profissionais graduados em Minas Gerais ou de outros estados, que completaram 50 anos de formados.

Fórum, exposição e lançamento

Integra as comemorações a terceira edição do Fórum "O Médico, o Sonho e o (Des) encanto - A Chama(da) Medicina", com temas como "A formação médica: a forma e a ação", "O médico no mercado de trabalho", "A Medicina na era da informação", "Qual é a referência para o novo médico" e "A Chama da Medicina". O evento, que foi grande sucesso nos anos anteriores, acontece no dia 18, na Associação Médica.

Durante todo o mês, o espaço cultural Otto Cirne, da AMMG, abrigará a mostra coletiva "Médicos Fotógrafos", sob curadoria de Davi Aguilar. Serão expostos trabalhos de Ciro Guadalupe, Gabriel Rabelo, Francisco Bravim e Marcos Toledo, profissionais que fazem da fotografia um hobby e uma forma de expressão artística.

O lançamento da quarta edição da revista "Médicos das Gerais" também integra os eventos. A publicação traz uma entrevista com o advogado e assessor jurídico da Comissão de Defesa do Médico, Fernando Mitraud, e matérias sobre os caminhos para a obtenção dos títulos de especialidades médicas, regulamentação da Lei Orgânica do SUS e ética médica na reprodução assistida, entre outras.

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 3

SANTA CASA

Ações pleiteadas pelo Sinmed-MG garantem pagamento de adicional noturno por extensão de jornada de trabalho e outros benefícios

Reprodução do livro Raffaello Berti Arquiteto/Jomar Bragança

Sindicato obteve conquista para médicos da Santa Casa

O Sinmed-MG está prestes a conquistar mais uma vitória em defesa dos médicos, dessa vez para os que tra-balham ou trabalharam em regime celetista na Santa Casa de Misericórdia, em Belo Horizonte.

A Ação que está tramitando na Justiça contempla todos os médicos da Santa Casa que trabalharam entre 2003 e 2009 e que não tiveram contrato rescindido antes de 26 de novembro de 2007. Ela beneficia os profissionais que exercem plantões noturnos, com carga horária após 5h da manhã e dará a eles o direito ao pagamento de adicional noturno pela extensão de jornada dos últimos cinco anos.

O departamento Jurídico do sindicato informa que é uma decisão de primeira instância e que provavelmente não haverá mudança em relação ao pagamento desse benefício para os médicos da Santa Casa. A lista de médicos que podem ser contemplados na Ação está disponível no site do Sinmed-MG – *www.sinmedmg.org.br* (Serviços - Formulários).

Caso seu nome não conste na listagem dos médicos, entre em contato com o sindicato no telefone (31) 3241-2811.

Ações para pagamento de FGTS e reajustes salariais também estão em andamento

Além da Ação para pagamento do adicional noturno, existem outras que vão beneficiar os médicos em regime celestista vinculados à Santa Casa. Em 2010, a Justiça do Trabalho de Minas Gerais determinou o pagamento dos reajustes salariais das normas coletivas de 2004 a 2009 e o recolhimento (para os contratos ativos ou para os médicos que pediram demissão) ou pagamento (para os contratos já extintos com dispensa sem justa causa) do FGTS para a maioria dos médicos celetistas que trabalham e/ou trabalharam na instituição.

A Santa Casa também terá que efetuar o depósito do FGTS de todos os médicos que foram dispensados após o dia 07.01.2008, ou que tra-balham na instituição, a partir de 13.10.1989, parcelas vencidas e a vencer (para os que estão com o seu contrato em vigor).

Decisões, das quais não cabem mais recursos, também são fruto de ações coletivas ajuizadas pelo sindicato, após constatar as irregularidades no pagamento dos benefícios dos médicos da Santa Casa, que vem descumprindo as convenções coletivas firmadas entre Sinmed-MG e o Sindicatos dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde, bem como tem deixado de recolher o FGTS dos médicos, o que é objeto das citadas ação.

Você pode ser um dos beneficiados. Fique atento às orientações do Sinmed-MG:

Sindicalizados: os médicos da Santa Casa que já são sindicalizados devem manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Sinmed-MG e efetuar o pagamento em dia das Contribuições Sindical e Social.

Médicos não sindicalizados: os que ainda não são filiados devem procurar a sede do sindicato (Rua Padre Rolim, 120 - Santa Efigênia) e aproveitar essa oportunidade para ser mais um dos beneficiados com essa vitória.

PROGRAMA DE VISITAS

Acadêmicos de Medicina participam de programa de visita ao sindicato

Alunos do 5º período de Medicina da UFMG, com o professor Molinari

Alunos das Ciências Médicas, com o professor Ewaldo Fraga

Alunos do 3º período da Faseh

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais recebeu mais três turmas de acadêmicos de Medicina nos dias 12 e 23 de setembro; e 3 de outubro. A primeira turma, com alunos do 5º período da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, veio acompanhada do orientador Luiz Carlos Molinari.

A segunda, com estudantes do 6º ano, da Faculdade de Ciências Médicas, contou com a presença do professor e ouvidor sindical do Sinmed-MG, Ewaldo A. Fraga de Mattos Júnior.

Em seguida, vieram os alunos do 3º período da Faculdade de Saúde e Ecologia Humana (Faseh), acompanhados do orientador Aristides José Carvalho.

As visitas fazem parte de um programa instituído para mostrar aos jovens estudantes o papel do sindicato na defesa do trabalho médico. Durante a visita eles assistem a um vídeo institucional, recebem as publicações do Sinmed-MG – como folders e jornal "Trabalho Médico" – e esclarecem dúvidas sobre a atuação da entidade sindical que representa a categoria.

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 4

ALMG

Visita à Assembleia Legislativa: médicos do Estado buscam apoio dos deputados estaduais

Délio Malheiros (á dir) conversa com os médicos do Estado

Visita ao gabinete do deputado Paulo Lamac

Buscar o apoio e comprometer o maior número de deputados estaduais com as reivindicações dos médicos do Estado. Com esse objetivo, a diretoria do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) e médicos da rede pública estadual estiveram, dia 13 de setembro, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Compareceram pelo sindicato, o presidente Cristiano da Matta Machado, e os diretores Helena Garrido (Hospital Infantil João Paulo II), Edson Freixo (Hemominas) e Leonardo Belga Ottoni (Pronto Socorro João XXIII), além de representantes das várias unidades e da Secretaria Estadual de Saúde (SES).

A comitiva foi recebida por quatro deputados: Délio Malheiros (PV), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor; Paulo Lamac (PT), vice-presidente da comissão de Defesa dos Direitos Humanos; Antônio Júlio Faria (PMDB), presidente da Minoria; e Carlos Mosconi (PSDB), presidente da Comissão de Saúde da ALMG.

Além de conversarem com os médicos, os deputados receberam um envelope com um histórico de cada movimento, as pautas de reivindicações conjunta e específicas de cada unidade e os vários ofícios já en-caminhados à Secretaria de Estado de Saúde.

Os documentos foram entregues aos assessores e protocolados, ainda, em outros sete gabinetes: Rogério Corrêa, Neider Moreira, Romel Anízio, Durval Ângelo, Sargento Rodrigues, Wilson Batista, Luzia Ferreira; e pessoalmente ao deputado Duilio de Castro.

Situação insustentável

Durante as visitas, o presidente do sindicato e os médicos presentes relataram a situação de cada unidade. Os representantes da SES - entre eles três médicos já aposentados - foram veementes em suas reivindicações.

O problema dos médicos da SES – cerca de 1.500 profissionais, sendo 300 na capital e 1.200 no interior, já era conhecido da maioria dos deputados. Abandonados pelo Estado, depois da municipalização de alguns serviços de saúde, eles recebem um piso em torno de R$1.000, para 30h, e não têm o cargo de médico, sendo classificados como analistas de atenção à saúde. Embora recebam complementariedade da Prefeitura, a grande preocupação é a aposentadoria. Eles explicaram que o valor complementar não é contabilizado para efeito de aposentadoria e que a luta, que já se estende há vários anos, é para que haja equiparação salarial com os médicos da Fhemig e a retomada do cargo de médico, o que garantirá uma carreira.

O deputado Délio Malheiros disse que conhecia vários médicos nessa situação e se prontificou a apresentar emendas com as reivindicações: "A situação é injusta e insustentável", avaliou.

Já os representantes do João XXIII, Hemominas e HIJPII falaram sobre a principal dificuldade no dia a dia de trabalho: as equipes incompletas. Deixaram claro que só concurso não resolve: é preciso melhorar o salário para motivar o médico a permanecer no serviço público.

Assédio

Depois de ouvir os médicos, o deputado Paulo Lamac se queixou das dificuldades enfrentadas pela oposição no governo Anastasia, da mordaça imposta à imprensa e do que ele chamou de "verdadeiro assédio à base governista", impedindo qualquer afronta à vontade do governo.

O deputado Antônio Júlio de Faria reiterou as palavras de Paulo Lamac, avaliando que o governo está "confundindo autoridade com autoritarismo". Como forma de envolver o Legislativo no problema, sugeriu uma audiência pública, se propondo a encaminhar um requerimento nesse sentido. E deu a dica: "Governo só funciona na pressão".

O último gabinete a ser visitado foi o de Carlos Mosconi, presidente da Comissão de Saúde, um apoio importante para a categoria. Depois de afirmar que se solidariza com as reivindicações, Mosconi se comprometeu a dar os primeiros passos para a solução do problema. Entre eles, uma conversa com o governador sobre o assunto e a realização de uma audiência pública com os médicos do Estado.

Ao final, o presidente do sindicato, Cristiano da Matta Machado, considerou as visitas muito positivas: "Conversamos com lideranças importantes que, de certa forma, se comprometeram a nos apoiar. Agora, vamos acompanhar de perto os encaminhamentos", disse.

ESTADO

Sindicato faz assembleia conjunta

Depois de promover assembleias individuais com médicos da Fhemig, SES e Hemominas, o Sinmed-MG realizou, no dia 19 de agosto, uma reunião conjunta com os médicos do Estado, para deliberar sobre uma pauta unificada.

A assembleia foi conduzida pelo diretor Fernando Mendonça, com a presença na mesa dos diretores Ariete de Perpétuo Socorro Domingues, da Maternidade Odete Valadares; Helena Garrido, do Hospital Infantil João Paulo II; e Edson Freixo, do Hemominas.

O encontro foi importante para que todos se expressassem e estabelecessem, além das estratégias específicas de cada unidade, um caminho comum.

Durante a assembleia, os médicos tomaram conhecimento da recomendação do promotor de Justiça, Nélio Costa Dutra, ao secretário de Estado de Saúde, Antônio Jorge de Souza, para que sejam tomadas providências em relação à melhoria das condições de trabalho e remuneração de profissionais ligados à Fhemig. A recomendação foi resultado de de-núncias realizadas pelo sindicato à Promotoria.

Os médicos relataram as dificuldades e conquistas de cada movimento, uma troca interessante de experiências e informações, e ao final foi formada uma comissão. Um dos resultados do trabalho dessa comissão foi a visita à Assembleia Legislativa, no dia 13.

Mesa da assembleia

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 5

SAÚDE SUPLEMENTAR

Comissão vai a Brasília para discutir situação dos médicos de planos e seguros de saúde com ANS, Anvisa e SDE

Decisão foi tomada em audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no Dia Nacional de Paralisação, com a presença de representantes das entidades médicas

Além da suspensão do atendimento por 80% dos médicos que atuam nas empresas de planos e seguros de saúde, o "Dia Nacional de Paralisação na Saúde Suplementar", 21 de setembro, foi marcado, em Minas Gerais, pela realização de uma audiência pública.

A audiência foi iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) por meio das comissões de Saúde e Defesa do Consumidor e do Contribuinte. O objetivo foi convocar entidades, operadoras e usuários para discutir a situação em que se encontram médicos, fisioterapeutas e laboratórios, diante da defasagem dos valores pagos pelos planos de saúde por procedimentos e consultas.

Participaram da mesa plenária os deputados Délio Malheiros, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; o deputado Carlos Mosconi, presidente da Comissão de Saúde; e os deputados Neider Moreira e Adelmo Carneiro.

Durante a audiência os deputados presentes foram extremamente solidários à causa dos médicos que atuam na saúde suplementar. Carlos Mosconi, da Comissão de Saúde, classificou os honorários pagos aos médicos como "absurdamente injustos e inadequados".

O presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Cristiano da Matta Machado, presente ao debate, destacou em seu depoimento que a força que as operadoras têm hoje se deve muito às falhas do Sistema Único de Saúde (SUS): "O SUS foi uma grande conquista da população brasileira, mas sem financiamento adequado o sistema deixou uma brecha para o crescimento da saúde suplementar, e hoje a maior parte dos investimentos em saúde no Brasil vêm da iniciativa privada".

Matta Machado também falou dos custos atuais da medicina, com gastos exorbitantes em materiais especiais como orteses e próteses, o que acaba interferindo nos honorários médicos e lembrou que o Brasil é o único país que ainda tem intermediários na relação de compra desses produtos.

Diante das várias denúncias, Carlos Mosconi propôs às Comissões presentes a votação de um requerimento para a realização de reuniões, em Brasília, com representantes da As-sociação Nacional da Saúde Suple-mentar (ANS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Secretaria do Direito Econômico (SDE). "O objetivo é cobrar uma postura diferente dessas entidades e levar a nossa posição e a dos médicos", disse o deputado.

Ao final, o deputado Délio Malheiros pediu às entidades que também preparem um documento para ser entregue à direção dos órgãos federais.

RRFoto

Representantes das entidades médicas em audiência pública

AGE da saúde suplementar

O Sindicato dos Médicos deu mais um passo na luta por melhorias para os profissionais da saúde suplementar. No dia 15 de setembro, a entidade convocou os médicos para uma assembleia geral, que contou com a presença de representantes da Associação Médica, Conselho de Medicina e Federação das Cooperativas. Todos destacaram que ao convocar uma assembleia o sindicato estava cumprindo exatamente a sua missão: defender o trabalho médico em todas as suas vertentes.

Ao final, os médicos deliberaram por uma pauta comum que será enviada a todas as operadoras de planos e seguros de saúde do Estado, com os seguintes itens: aplicação da CBHPM vigente para os honorários e procedimentos, contratualização e reajuste anual.

PEDIATRIA

Pediatras obtêm alguns ganhos, mas negociação continua

Em Assembleia Geral Extraordinária, dia 14 de setembro, convocada pela Sociedade Mineira de Pediatria (SMP) e Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG), os pediatras ligados a operadoras de planos e seguros de saúde tomaram conhecimento dos retornos obtidos, até o momento, às reivindicações da categoria, enviadas por carta a 120 operadoras.

Paulo Poggiali, presidente da SMP, relatou as várias reuniões realizadas, após a última assembleia, dia 6 de julho, com entidades como Unimeds, Abrange, Unidas MG, Fenasaúde, Bradesco Saúde e Sul América Seguro Saúde.

Como resposta, as entidades e operadoras se propuseram a pagar um valor de consulta diferenciado para o pediatra, variando conforme a operadora de R$54 a R$75; e cederam em pontos diver-sificados da pauta. "Embora nem todas tenham se manifestado, as respostas que chegaram ajudarão no diálogo com as operadoras que ainda não se mani-festaram", diz Poggiali.

Para o presidente do Sindicato dos Médicos, Cristiano da Matta Machado, as respostas dadas por entidades como Unidas e Abrange foram bastante significativas porque é a primeira vez que as operadoras se pronunciaram oficialmente sobre o assunto: "Embora as entidades não tenham atendido a totalidade das solicitações, houve um avanço", avalia.

A assembleia decidiu manter o movimento, delegando mais uma vez à SMP e ao Sinmed-MG os poderes de continuar as negociações com as operadoras, principalmente aquelas que ainda não se pronunciaram sobre o assunto. Uma nova assembleia foi marcada para o dia 27 de outubro.

Pauta dos pediatras:

Valor da consulta pediátrica de R$80; pagamento das consultas e procedimentos hospitalares, usando como referência a CBHPM – 5ª Edi-ção – 2011; criação do procedimento "Atendimento Ambulatorial de Puericultura (APP)", para o acompanhamento da criança e do ado-lescente; adoção do Tratamento Clínico Ambulatorial em Pediatria (TCAP); fim das glosas definidas como "consulta de retorno"; remuneração de consulta feita pelo pediatra a gestante no último trimestre do pré-natal.

Para conhecer o retorno das operadoras acesse o site do Sinmed-MG e da Sociedade Mineira de Pediatria.

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 6

PBH

Prefeito sanciona lei que concede reajuste salarial aos servidores da PBH

Após quatro meses de espera, o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, sancionou a Lei 10.252/11, que concede reajuste salarial aos servidores da PBH. A medida foi publicada no Diário Oficial do Município (DOM), dia 14 de setembro.

Conforme ficou acordado com o Sinmed-MG, os médicos vão receber 20% de aumento escalonado sendo: 3,24% a partir de 1º de julho/2011, 6% em novembro de 2011, 5,84% a partir de 1º de julho/2012 e 4,93% a partir de 1º de novembro/2012. O mesmo percentual foi concedido aos demais servidores da saúde e educação. Os servidores das outras áreas receberão aumento de 13,92%, também de modo escalonado.

A proposta da Prefeitura foi aceita pelos médicos, em votação apertada, no dia 12 de maio, após um movimento vigoroso com sete assembleias realizadas e quatro paralisações de 24 horas. Embora represente uma conquista, o reajuste concedido não atendeu os anseios da categoria, que tem como meta conquistar o piso estipulado pela Federação Nacional dos Médicos, de R$9.188,22, para 20 horas semanais.

Outras conquistas desta campanha

- Abono de especialista da rede complementar: R$150=> R$300;
- Valor pago em datas especiais: R$150 => R$300;
- Cersam: equiparação plantão fim de semana ao das UPAs: R$700 => R$900;
- Vale Refeição: R$10 => Julho 2011: R$12,50 (25% aumento) => Novembro 2011: R$15 (50% aumento ref.2011);
- Manter progressão de carreira para os profissionais cedidos dentro da rede da PBH. A avaliação de desempenho será feita no órgão de lotação da ocasião; Se houver necessidade de ajuste legal, será feito. O vínculo e a carreira se manterão no órgão onde o servidor foi lotado originalmente, onde também ocorrerá a progressão;
- Adicional de urgência: garantia de recebimento em casos de licença médica e de maternidade (6 meses);
- Publicar a opção do cargo de 40 horas após construção de tabela de proporcionalidade do abono de fixação para que não haja perda salarial do servidor;
- Compromisso de retomar a comissão para revisão dos critérios de classificação das unidades para fins de concessão do abono de fixação, em um prazo máximo de 6 meses. Porém, será feita avaliação do impacto das mudanças na classificação;
- Realizar discussão sobre o tamanho das áreas de abrangência com base nos microdados do Censo de 2010;
- Possibilidade de reposição dos dias de greve não traba-lhados em 2009, para quem ainda tem pendências.

PREVIDÊNCIA

PBH apresentou substitutivo do projeto de lei

O secretário adjunto de Gestão Previdenciária, Márcio Dutra, apresentou no dia 20 de setembro às 10h, no auditório da Secretaria Mu-nicipal Adjunta de Recursos Hu-manos, aos representantes das enti-dades sindicais, entre elas o Sinmed-MG, o substitutivo do Projeto de Lei nº 1.410/2011, que cria o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais (RPPS).

No dia 9 de agosto, as entidades sindicais encaminharam uma resposta à administração municipal retificando alguns itens do projeto de lei, entre eles, a participação majoritária no conselho administrativo do fundo previdenciário, benefícios como o auxílio-creche, auxílio-acidente, dependência econômica do filho universitário e do nascituro.

A elaboração de um Regime Próprio de Previdência Social que atenda os servidores do município, entre a categoria médica, vem se arrastando desde o final de 2010. Os representantes das entidades sindicais solicitaram a suspensão do projeto, enviado, 22 de dezembro, para a Câmara Municipal, sem nenhuma consulta aos servidores.

BETIM

Vistoria constata falta de segurança e precariedade na UAI Teresópolis

A situação da Unidade de Atendimento Imediato (UAI) Teresópolis no município de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte, continua caótica. Depois de uma assembleia no sindicato, dia 7 de junho, em que os pro-fissionais decidiram por dar conti-nuidade à mobilização por maior segu-rança na unidade, o Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRMMG) esteve no local, dia 8 de agosto, a pedido do Sinmed-MG, e relatou uma série de irregularidades.

Na ocasião, o departamento de Fiscalização do CRMMG constatou a falta de segurança e o risco permanente na UAI Teresópolis. A presença constante de traficantes e marginais aterroriza o corpo clínico e os trabalhadores da unidade que não têm nenhuma as-sistência da PMMG. A situação é tão alarmante que a rotatividade dos mé-dicos nas equipes é muito grande.

Estrutura danificada mostra desleixo com a saúde

Um outro fato apurado pelo CRMMG é a situação irregular no aspecto ge-rencial da unidade. A UAI não está registrada no Conselho Regional, não possui diretor técnico e diretor clínico, comissão de ética médica, comissão de revisão de prontuário e comissão de controle de infecção hospitalar.

Além da sobrecarga de trabalho, as equipes médicas estão desfalcadas, com 17 "buracos" em diversos dias da semana, especialmente aos sábados quando não há clínicos e pediatras no turno noturno.

Além das péssimas condições de trabalho e da falta de segurança, os pro-fissionais sofrem com a escassez de mate-rial básico para o exercício da atividade médica, segundo mostrou o relatório.

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 7

CONTAGEM

Prefeitura de Contagem continua de "olhos fechados" para reivindicações dos médicos

Os médicos de Contagem fizeram a nona assembleia geral extraordinária da campanha salarial deste ano, dia 23 de agosto. A situação no município está crítica. O aumento oferecido de 6.3% não contempla a categoria e muitos outros problemas têm levado à grande insatisfação dos médicos.

Segundo o diretor Jurídico do Sinmed-MG, Paulo Marra, o tema predominante da pauta continua sendo a revogação do artigo 5 da Lei Comple-mentar número 96, aprovada em 3 de dezembro de 2010. O artigo corta grati-ficações dos médicos do PSF e urgência que tiverem mais de 10% de faltas, mesmo que justificadas, em dois meses de trabalho.

Paulo Marra explica que houve alguns avanços, com a aprovação recente de um decreto que exclui das condições de descontos situações como licença maternidade, licença paternidade, férias, internações até 15 dias e atestados superiores a 15 dias, mas "os médicos insistem na revogação completa do artigo 5 da lei, seja qual for o tempo e a doença".

Bonecos do secretário de Saúde e da prefeita, no ato público na praça Iria Diniz,

Conforme decisão de assembleia, o Sindicato dos Médicos também está elaborando uma ação coletiva para representar os médicos do município em ação em face da Famuc solicitando a incorporação das gratificações ao salário-base dos médicos do PSF que ingressaram por meio de concursos públicos entre 1999 e 2006 e posteriormente o pagamento retroativo caso o Sinmed-MG ganhe.

Ato Público

No dia 29 de agosto, véspera do centenário de Contagem, sindicatos ligados aos servidores municipais – Sindi Saúde, Sindi UTE, Sinmed-MG e Conlutas – promoveram um ato público de protesto na praça Iria Diniz. O ato teve o objetivo de mostrar que a insatisfação entre os servidores é geral.

Na nota divulgada, os servidores destacam que "o funcionalismo tem sido maltratado durante o governo e por isso não podemos deixar a população ter a impressão que Contagem está a maravilha apresentada na propaganda. A nossa realidade é de baixos salários e falta de valorização da carreira, além da ausência de diálogo por parte do governo".

IPSEMG

Médicos acompanham de perto retorno do Ipsemg sobre o reposicionamento e pró-labore

Continua o clima de insatisfação no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg). A última assembleia realizada, dia 22 de agosto, não trouxe novidades. Em reunião com o sindicato, a presidente do Instituto, Jomara Alves da Silva, reafirmou a posição de só tratar da questão salarial depois que o reposicionamento dos médicos estiver pronto, em outubro. Também reiterou que o Ipsemg está fazendo um diagnóstico da questão da produção por pró-labore.

Os baixos salários e as condições de trabalho continuam preocupando os médicos e têm merecido depoimentos contundentes durante as assembleias. Segundo a categoria, o salário-base de R$1.200 é o pior do Estado. Como o valor do pró-labore não é contabi-lizado na hora da aposentadoria, todos temem pelo futuro.

Os médicos relataram várias situações de desassistência e manifestaram grande pesar pela situação atual do Instituto, com o fechamento de leitos, falta de equipamentos e de profissionais. Um deles contou que um paciente teve que ficar na ambulância por mais de 6 horas, antes de ser transferido para outra unidade, por falta de uma maca.

A próxima assembleia foi marcada para o dia 17 de outubro, no auditório do Sindicato dos Médicos, quando a categoria espera um retorno favorável dos gestores às reivindicações, para definir os rumos do movimento.

Pauta

Os médicos do Ipsemg lutam por:

- Piso Fenam R$9.188,20 para 20 horas semanais.
- Concurso público para provimento de cargos/empregos do Ipsemg, objetivando o fim da terceirização de serviços e/ou contratação temporária.
- Reposicionamento dos médicos na respectiva carreira observando a escolaridade e/ou titulação, e tempo de serviço desses servidores conforme prevê as normas que instituíram as carreiras, posicionaram e identificaram os cargos.

IBIRITÉ

Ibirité concede reajuste de 10% a partir de setembro

A secretária de Saúde de Ibirité, Nádia Conceição de Lima Pinheiro, encaminhou ao Sinmed-MG ofício propondo aumento de 10% a partir da folha de setembro. Antes de tomar outras medidas, a categoria vai aguardar o cumprimento do prometido. Uma nova assembleia foi marcada para 3 de novembro.

No mesmo ofício, a Prefeitura informou que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários está em elaboração; que o concurso será realizado em breve e que três novas unidades de saúde estão sendo concluídas.

Segundo o documento, o município de Ibirité é um dos poucos do Brasil que integrou a função de Médico de Saúde da Família ao Quadro de Servidores Efetivos, proporcionando ao profissional todas as garantias e privilégios do servidor estatutário, como parcelas indenizatórias a título de progressão salarial a cada dois anos e estabilidade após o estágio probatório, bem como Instituto de Previdência próprio.

Também são reivindicações da categoria o pagamento de vale-transporte e de um auxílio transporte, pagamento dos adicionais, gratificações e abonos nas férias, licença médica e 13º salário, pagamento de adicional por especialização nas áreas de respectivas atuações e concessão de auxílio alimentação, condições mínimas de segurança para servidores e usuários e melhoria das condições de trabalho.

Assembleia no sindicato

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 8

POUSO ALEGRE

Hospital Samuel Libanio em Pouso Alegre: falta de estrutura preocupa e compromete

Em assembleia, dia 17 de agosto, os médicos plantonistas do Hospital das Clínicas Samuel Libanio, de Pouso Alegre, deliberaram por dar continuidade ao movimento em busca da melhoria das condições de trabalho e salariais no município. O hospital é uma entidade filantrópica mantida pela Fundação do Vale do Sapucaí e Universidade do Vale do Sapucaí, que atende pelo SUS e por convênios particulares.

Realizada na sede da Associação Médica do município, a assembleia foi conduzida in loco pela diretora Ariete Domingues de Araújo e, em Belo Horizonte, pela secretária geral do sindicato, Amélia Pessôa, via videoconferência.

O movimento dos médicos do hospital se estende há mais de um ano, com uma assembleia já realizada em 5 de julho. Na reunião, o principal assunto foi a falta de médicos no hospital e de estrutura no atendimento de urgência e emergência, fatores que têm comprometido seriamente a assistência. Eles foram orientados a registrar tudo em livros de ocorrência e, nos casos mais extremos, fazer o boletim de ocorrência, informações que podem servir de subsídio para denúncias ao Ministério Público.

Os médicos também relataram que há uma disparidade entre os vínculos no hospital universitário. Alguns plantonistas têm vínculo direto com o Hospital, outros são ligados à Universidade, os mais antigos são contratados sob o regime da CLT, e a grande maioria atua como pessoa jurídica para prestação de serviços.

A pauta de reivindicações enviada aos gestores compreende, entre outros itens, reajuste no valor dos plantões presenciais para R$1.200; pagamento do plantão de sobreaviso de no mínimo R$ 600; contratação de todos os médicos através de regime celetista (CLT); criação de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos; condições mínimas de segurança para servidores e usuários em todas as unidades de atendimento e número de plantonistas adequados por especialidades, inclusive de médicos pediatras em plantões presenciais.

CURVELO

Médicos do PSF e plantonistas do hospital de Curvelo enviam carta à população

Os médicos do Programa Saúde da Família (PSF) e plantonistas do Hospital Imaculada Conceição de Curvelo enviaram uma carta à população, informando o descaso com a saúde do município e a postura omissa da gestão em atender as reivindicações da categoria. O documento não agradou ao prefeito, José Maria Penna Silva, que manifestou sua insatisfação em assembleia realizada dia 30 de agosto, no Rotary Club, via videoconferência. Em Belo Horizonte estava o diretor Eduardo Filgueiras.

As reivindicações da categoria contemplam, além de questões salariais, aspectos voltados para a melhoria das condições de trabalho como preen-chimento da escala de plantão do bloco obstétrico; formalização de contratos administrativos entre os profissionais médicos que prestam serviço no Hospital e na Prefeitura; garantia de escalas completas de plantonistas do pronto atendimento na clínica médica: mínimo de dois clínicos 24 horas por dia; realização de concurso público e criação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Na assembleia, o prefeito reiterou o que já havia informado, por meio de ofício enviado ao sindicato. Disse que a Prefeitura realizará um concurso público, mas rejeitou a proposta dos médicos do PSF de equiparação salarial com os municípios circunvizinhos. Afirmou, ainda, que o governo municipal é contratante do hospital, ou seja, os médicos não têm vínculo empregatício com a Prefeitura.

Um dos principais pontos da as-sembleia foi a questão da recontra-tualização. "Diante da negativa da Pre-feitura em aumentar o salário da categoria, é preciso que seja feita uma recontratualização", destaca Filgueiras.

Ainda de acordo com ele, a recontratualização é uma possibilidade, viabilizada pelo Ministério da Saúde, que permite a contratação de médicos para o PSF com carga horária inferior a 40 horas semanais. "A ideia é diminuir a carga horária sem diminuir o salário, considerando a proporcionalidade entre o salário que os profissionais almejam e o que é de fato contratado", esclarece.

UBERLÂNDIA

Delegacia: evento de inauguração será em novembro

O presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Cristiano da Matta Machado, esteve em Uberlândia e acertou os últimos detalhes do evento de inauguração da delegacia sindical na cidade, que foi marcado para 10 de novembro. A programação inclui a palestra "O Financiamento da Saúde no Brasil", com o presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Cid Carvalhaes.

Durante assembleia da categoria no mês de junho, os médicos de Uberlândia elegeram os novos delegados sindicais do município: Dione Borges Tavares (Hospital Municipal), Edilberto Guimarães de Souza (médico generalista do PSF), Eline Nicole Assad (psiquiatria – UAI Tibery); Juliana Markus (clínica médica e residente em reumatologia – UAI Tibery); Marcelo Tavares Machado (pediatria – UAI Luizote); Sandra Márcia faria (pediatria – Hospital Santa Catarina) e Viviane Garcia de Souza (pediatria – UAI Planalto). Nesta edição, confira os depoimentos de mais dois delegados eleitos.

Aloísio Daher de Melo (Clínica Médica – Hospital Santa Clara): "Na época da minha formatura comecei a lidar com o sindicato. Diante da atual situação de Uberlândia, optei por entrar nesta luta, novamente, com a expectativa que neste mandado conseguiremos importantes ganhos. Decidi representar os médicos como delegado sindical devido às péssimas condições de trabalho, baixos salários, desvalorização profissional e a questão da terceirização. Vejo que hoje os médicos estão mais or-ganizados e participativos, mas ainda há muito a fazer".

Alessandro Batista de Almeida Bacelar (Clínica Médica - Hospital Municipal e UAI Morumbi): "Me interessei pelo movimento sindical quando voltei a trabalhar em Uberlândia, há cerca de três anos. Como delegado sindical vou trabalhar para melhorar a situação dos médicos no município que está muito complicada. A remuneração da categoria é muito baixa e as condições de trabalho são péssimas. Os profissionais também sofrem com a sobrecarga de trabalho, a desvalorização do trabalho médico e com a falta de diálogo com os gestores municipais".

DELEGADO SINDICAL

Hemominas elege delegado sindical

Em AGE, os médicos do Hemominas elegeram como delegado sindical o clínico geral, Alexandre de Castro Carvalho. "Além do autoritarismo da instituição, vivemos um retrocesso com os baixos salários e a desvalorização profissional, o que tem desestimulado muito os profissionais", diz Alexandre. Frisando que a triagem médica na Fundação é referência nacional, ele considera um absurdo a direção contratar outros profissionais para um serviço estritamente médico. Edson Freixo, diretor do sindicato, também pertence ao quadro de médicos da Fundação, e tem acompanhado de perto todas as lutas dos profissionais.

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 9

REGIONAL SUDESTE

Nova diretoria da Fesumed toma posse: representantes do Sinmed-MG fazem parte do corpo de diretores

Representantes do Sinmed-MG e dirigentes de entidades médicas de todo o país participaram no dia 10 de agosto, em Vila Velha (ES), da solenidade de posse da nova diretoria da Fenam Regional Sudeste.

O presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG), Cristiano da Matta Machado, passou o cargo de presidente da entidade a Otto Fernando Baptista, presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo.

Depois de dois mandados consecutivos como presidente da Regional (2006-2008 e 2008-2010), Matta Machado assume agora o cargo de Diretor Financeiro da entidade. Os diretores do Sinmed-MG, Amélia Pessôa, Jacó Lampert e Márcio Bichara, estão agora no Conselho Fiscal da Fesumed.

"Conseguimos consolidar a presença da Fesumed na Fenam, o que é fundamental para a estrutura da federação", destaca Matta Machado, ressaltando que a luta agora será para fortalecer os sindicatos que ainda não estão consolidados.

A solenidade de posse da nova diretoria foi prestigiada, entre outros, por autoridades como o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande; o prefeito de Vitória, João Coser; o vice-prefeito, Tião Barbosa; o secretário Estadual de Saúde, Tadeu Marino; secretários estaduais e municipais de várias pastas e representantes de entidades médicas.

Cristiano da Matta Machado passa o cargo de presidente da Fesumed a Otto Fernando Baptista

Presidente: Otto Fernando Baptista (Simes)
Vice-presidente: José Luiz Franco dos Santos (Sindicato dos Médicos de Niterói e Região)
II vice-presidente: Alexandre Buzaid (Sindicato dos Médicos de Santo André e Região)
III vice-presidente: Gilson Salomão (Sindicato dos Médicos de Juiz de Fora)
Primeiro secretário: Clóvis Abrahim Cavalcanti (Sindmed Niterói e Região)
Diretor Financeiro: Cristiano da Matta Machado (Sinmed-MG)
Vice-diretor Financeiro: Gustavo Picallo (Simes)
Diretor de Assuntos Jurídicos: Ari Wajsfeld (Sindimed Grande ABC e Região)
Conselho Fiscal: Paulo Roberto Bastos Meirelles (Sindmed Niterói e Região)
José Roberto Cardoso Murisset (Sindmed Grande ABC e Região)
Amélia Maria Fernandes Pessôa (Sinmed-MG)
Suplentes
Jacó Lampert (Sinmed-MG)
Sebastião Fontes Santiago (Sindicato dos Médicos de Governador Valadares)
Márcio Costa Bichara (Sinmed-MG)

ASSOCIAÇÃO MÉDICA

Alexandre Guzanshe/AMMG

Diretoria da AMMG para gestão 2011/2014

AMMG: nova diretoria toma posse

A nova diretoria da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG), gestão 2011/2014, toma posse, no dia 21 de outubro. Eleito em agosto, o grupo liderado por Lincoln Lopes Ferreira quer assegurar educação continuada de qualidade, melhores condições de trabalho e remuneração e trabalhar pela valorização da pro-fissão, além de concluir o projeto de expansão da sede da Associação. Conheça os médicos eleitos:

Presidente: Lincoln Lopes Ferreira; **Vice-Presidente:** Gabriel de Almeida Silva Júnior; **Secretário Geral:** Alcebíades Vitor Leal Filho; **1ª Secretária:** Maria do Carmo Barros de Melo. **Diretoria: Financeiro** - Paulo Roberto Repsold e **Adjunta:** Márcia Mendonça Carneiro; **Administrativo:** Fábio Guerra e **Adjunto:** Breno Figueiredo Gomes; **Científica:** Luciana Costa Silva; Defesa do Exercício Profissional; **Legislativo:** Cristiana Fonseca Beaumord; **Defesa do Exercício Profissional:** Márcio Silva Fortini; **Def. Exercício Profissional: Remuneração:** Juraci Gonçalves de Oliveira; **Benefícios:** José Maria Peixoto; **Comunicação e Marketing:** Maria Aparecida Braga e **Adjunto:** Mauro Gualberto Coelho; **Promoções Culturais:** Regina de Fátima Barbosa Eto; **Assuntos Interior:** Ruth Borges Dias e **Adjunto:** Delano Carlos Carneiro

COBEM 2011

Sindicato apoia realização do Congresso de Educação Médica

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) apoia a realização da 49ª edição do Congresso Brasileiro de Educação Médica (Cobem). O evento será realizado de 12 a 15 de novembro, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte.

O presidente do sindicato, Cristiano da Matta Machado, participará da mesa de debates sobre o tema "Iniquidade na Distribuição e Fixação dos Médicos no Brasil".

Além de Matta Machado, o evento terá a presença de outros diretores do sindicato. Eduardo Filgueiras expõe na oficina "Formação Política no Curso Médico", dia 11, no curso pré-evento. A pediatra Margarida Sofal será moderadora no colóquio "Residência Médica" e Maria Madalena dos Santos Souza, no colóquio "Integralidade no Cuidado da Saúde". Geraldo Ribeiro, diretor licenciado, será o coordenador da oficina "Medicina e Mercado de Trabalho".

Matta Machado destaca que "o apoio do sindicato na realização do congresso reitera mais uma vez o compromisso de estar cada vez mais próximos dos acadêmicos e buscar uma formação mais qualificada para os futuros médicos do estado".

Em 49 edições, essa é a primeira vez que o Congresso Brasileiro de Educação Médica é realizado em Belo Horizonte. A data coincide com as comemorações do centenário da Faculdade de Medicina da UFMG. O evento conta com mais de 250 convidados à frente de conferências, simpósios e debates e a expectativa de público é de aproximadamente 3 mil participantes.

49º Cobem
Congresso Brasileiro de Educação Médica

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 10

MANCHESTER NA ATENÇÃO BÁSICA

"O Uso do Manchester na Rede Básica de Saúde da PBH": seminário discute os desafios da implantação do protocolo

A implantação do protocolo de Manchester na rede básica de saúde de Belo Horizonte tem suscitado muitas dúvidas e apreensão entre os médicos da Prefeitura. O interesse pelo tema levou o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) a promover, em parceria com a Associação Mineira de Medicina de Família e Comunidade (AMMFC), um seminário, no dia 28 de setembro, no auditório do Hospital da Unimed, no bairro Santa Efigênia.

O Manchester – classificação dos pacientes por cores, conforme a urgência do atendimento – já era utilizado nas unidades de urgência e emergência com o propósito de organizar o fluxo de pacientes. Em março deste ano, a Prefeitura iniciou a implantação do protocolo em 24 postos de saúde, em caráter piloto.

"A repercussão do seminário foi enorme e mostrou claramente a ne-cessidade de aprofundar e envolver a categoria nas discussões", disse o diretor do sindicato e médico da família e comunidade, André Christiano dos San-tos. Mais de 200 médicos participaram do evento e para ampliar a discussão o seminário foi transmitido on line via internet, gerando mais de 400 acessos no site do sindicato, dezenas de per-guntas e um concorrido "chat".

O diretor do sindicato e presidente da AMMFC, Artur Oliveira Mendes, abriu os trabalhos, dizendo que Belo Horizonte é referência nacional na atenção primária e que o objetivo do seminário era esclarecer dúvidas e propor soluções para que a assistência possa se organizar melhor e oferecer um atendimento de qualidade à população.

Mais de 200 médicos participaram do seminário

Além da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, representada pela secretária adjunta, Susana Maria Moreira Rates, e pela coordenadora de implantação do Manchester na Atenção Primária (APS), Juliana Dias Pereira, o evento recebeu dois convidados de Curitiba, segunda cidade do país a implantar a classificação de risco na atenção básica. Foram eles: Welfane Cordeiro Júnior, consultor da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba e médico intensivista, e Marcelo Garcia Kolling, presidente da Associação Paranaense de Medicina de Família e Comunidade de Curitiba e médico da UBS Monteiro Lobato.

O médico Fabiano Gonçalves Guimarães, do PSF São Bernardo, de BH, também deu importante contribuição ao tema ao relatar os desafios das equipes para atender ao protocolo. Também participou do evento Maria Aparecida Turci, superintendente de atenção à saúde, em Contagem.

"Gestores e médicos aprovaram o evento, primeiro da série de conversas e debates que serão realizados para a adequada organização do processo de trabalho e acolhimento às urgências na atenção primária", avalia o presidente da AMMFC, Artur Oliveira Mendes.

Modelo em construção

O consultor Welfane Cordeiro Júnior explicou que o sistema de classificação de risco passou a ser utilizado de forma sistêmica em 1997, em Manchester (EUA). Por isso, a literatura sobre o assunto, além de escassa, é voltada principalmente para as redes de urgência e emergência. "Esse é um modelo de organização ainda em construção", disse, lembrando, no entanto, a efetividade do protocolo para a redução da mortalidade.

Segundo ele, o sistema de clas-sificação veio muito em cima da hi-perlotação, numa tentativa de orga-nizar o atendimento e estabelecer prioridades, mesmos objetivos que levam agora à implantação na atenção básica. "Em Curitiba, optamos pelo Manchester por ter regras bem definidas, nomenclatura comum e uma metodologia sólida, baseada na técnica", disse.

Welfane destacou o pioneirismo das experiências de Belo Horizonte e Curitiba na aplicação do protocolo na atenção primária, e disse que pretende apresentar os casos no Congresso Internacional de Oslo (Noruega), ano que vem.

Em seguida, a superintendente de atenção à saúde, de Contagem, Maria Aparecida Turci, fez uma explanação sobre o conceito e objetivos da Atenção Primária na Saúde (APS). Para ela, o verdadeiro problema não está na implantação do Manchester nas unidades básicas, mas no tamanho da população atendida por equipe e na falta de estrutura dos centros de saúde. "En-quanto não houver recursos suficientes na atenção primária, os serviços de urgência vão continuar atendendo os casos verde e azul", disse.

Welfane, consultor da SMS de Curitiba

Artur, presidente da AMMFC

Maria Aparecida, da SMS Contagem

Entenda o Manchester

O Manchester classifica, após uma triagem baseada nos sintomas, os doentes por cores, que representam o grau de gravidade e o tempo de espera recomendado para atendimento. Aos doentes com patologias mais graves é atribuída a cor vermelha, atendimento imediato; os casos muito urgentes recebem a cor laranja, com um tempo de espera recomendado de dez minutos; os casos urgentes, com a cor amarela, têm um tempo de espera recomendado de 60 minutos. Os doentes que recebem a cor verde e azul são casos de menor gravidade (pouco ou não urgentes) e, como tal, podem esperar mais pelo atendimento.

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 11

MANCHESTER NA ATENÇÃO BÁSICA

Em BH, 24 unidades básicas participam da fase piloto da implantação do Manchester

Susana, secretária adjunta de Saúde

"A utilização do Manchester na Rede Básica de Saúde de BH" foi o tema da secretária adjunta de Saúde, Susana Maria Moreira Rates, e da coordenadora da implantação do Manchester na Rede Básica, Juliana Dias Pereira.

Susana disse que a implantação é uma diretriz da gestão para aprimorar o sistema de saúde. Segundo ela, o protocolo já foi adotado em 18 das 24 equipes escolhidas, do total de 560 do município, para a implantação piloto do programa: "A secretaria está acompanhando de perto cada unidade, com o objetivo de corrigir distorções e fazer os ajustes necessários antes de disseminar o processo na rede de atenção básica. Essa avaliação vai nos ajudar também no destino dos recursos", disse.

Ela informa que as ações da Prefeitura para implantação do Manchester incluem: seleção das unidades, panfletos para a população, oficinas de qualificação das equipes, revisão dos medicamentos e materiais de urgência nas APS, entre outros.

A secretária adjunta reconheceu que é preciso aumentar o número de equipes proporcionalmente à população – hoje a média é de 4 mil pessoas por equipe – , mas culpou o Ministério da Saúde pela falta de recursos.

Considerando o seminário muito proveitoso, Susana disse que é "importante ter tranquilidade para debater e buscar soluções para esses desafios de uma forma conjunta".

Segundo Juliana, coordenadora da implantação em Belo Horizonte, o Manchester vai corrigir várias distorções que existem hoje nos centros de saúde, relacionadas ao atendimento, apontando entre as vantagens do sistema mais segurança para o usuário e para o profissional e linguagem única na rede (nomenclatura padrão). "O Manches-ter é rápido, objetivo e reproduzível, tem alta precisão e não trabalha com diagnóstico, mas com sintomas dentro de um padrão internacional", avalia.

A coordenadora também esclareceu algumas dúvidas dos médicos relacionadas ao fluxo de atendimento nas unidades básicas com a implantação do Manchester. Segundo ela, o protocolo não tem o objetivo de acabar com o limite de pacientes a serem atendidos e com os horários de fechamento das unidades: "Nesses casos, os pacientes que aguardam atendimento ou excederem à capacidade da unidade devem ser encaminhados para as UPAS". Juliana também nega que seja necessária a criação de equipes de plantão para atender ao Manchester e reforça a necessidade das UPAS acolherem os pacientes classificados como verdes e não mandá-los para os centros de saúde, como muitas vezes acontece.

Médicos de Curitiba e de Belo Horizonte relatam experiências com Manchester

Algumas das vantagens apontadas pelos gestores foram questionadas pelos dois médicos que relataram as impressões sobre a implantação do Manchester em suas unidades: Marcelo Garcia Kolling, da UBS Monteiro Lobato, em Curitiba; e Fabiano Gonçalves Guimarães, da UBS São Bernardo, em Belo Horizonte.

Marcelo conta que em Curitiba não houve projeto piloto, e o Manchester já foi implantado em 100% das unidades, o que gerou bastante apreensão no início, mas agora a adaptação está melhor.

Segundo ele, a classificação trouxe ganhos na organização do atendimento, mas a facilidade em adotar o novo protocolo varia de unidade para unidade, dependendo até mesmo dos profissionais que a compõem. "A nossa UBS era muito organizada, com prioridades para os atendimentos agudos, então não houve grandes mudanças", disse.

Já o médico Fabiano relatou a verdadeira odisseia que está sendo a implantação do Manchester na UBS São Bernardo. Já foram testados vários formatos de organização do fluxo do

Marcelo Kolling, da UBS Monteiro Lobato

serviço, com grande desgaste da equipe. Uma das conclusões, segundo ele, é que as equipes de referência, como proposto, não funcionam.

A questão da heterogeneidade das unidades ficou clara nos de-poimentos dos dois médicos. En-quanto Marcelo relatou que a de-manda diminuiu, Fabiano falou da sobrecarga de trabalho para os mé-dicos, que agora precisam ver todos os pacientes. Relatou, também, situações de desgaste com os pacientes, que não entendem o novo sistema e até uma certa dificuldade interna de determinar se a queixa é aguda ou crônica.

Fabiano, da UBS São Bernardo

Algumas conclusões foram comuns aos dois médicos:

- Não tem classificação de risco que dê conta de uma demanda exagerada.
- Ausência de integralidade na abordagem. Tendência de focar o atendimento na queixa do paciente, o que foge ao objetivo primordial da atenção primária.
- Ausência de individualização na avaliação de cada caso, visto que os sintomas já vêm listados.
- Redução substancial na resolutibilidade de outros membros da equipe do programa, por ser centrado no médico.
- Sobrecarga da enfermagem que faz o primeiro contato e preenche o Manchester.
- O Manchester não leva em conta a vulnerabilidade social.
- Risco de quebra do vínculo com os pacientes.
- O Manchester é centrado na doença e tira o foco do pessoal, trazendo desumanização da subjetividade da narrativa do usuário, em prol de um protocolo informatizado.

"Que tipo de vínculos gostaríamos que a comunidade tivesse com a equipe? Como não discriminar pacientes mais vulneráveis? Como criar a cultura da abordagem integral, contextualizada e longitudinal? Como manter o espírito da equipe, e não robotizar os trabalho?" são, segundo Marcelo Kolling, questões a serem respondidas e desafios a vencer.

Apesar de todos os problemas, avalia Fabiano, "acho que não é possível retomar o modelo anterior, mas a implantação dessa ferramenta em uma rede complexa como a nossa só terá sucesso se a discussão for ampla e bem fundamentada cientificamente".

TM n 36 setembro 2011_TM n 33 março 2011.qxd 17/10/2011 11:11 Page 12

REGULAMENTAÇÃO

Emenda 29: projeto aprovado retira recursos da Saúde

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, dia 21 de setembro, o projeto de lei complementar 306/08, que regulamenta quais despesas podem ser consideradas gastos com a saúde para estados, municípios e União atingirem o percentual definido pela Emenda 29.

O texto aprovado é o da emenda do deputado Pepe Vargas (PT-RS), da Comissão de Finanças e Tributação. Ao aprovar o destaque do DEM, que retira do projeto a definição da base de cálculo da Contribuição Social para Saúde (CSS), que vincularia 0,1% das movimentações financeiras a gastos do setor, a Câmara inviabilizou a criação do imposto.

Agora caberá ao Senado decidir sobre a criação ou não de uma nova fonte de renda para o setor, visto que os governos alegam que para cumprir a EC 29 precisam de maior repasse de verba por parte da União. E, por sua vez, o governo federal ressalta que é impossível transferir mais dinheiro sem recurso extra.

Entre as ações permitidas estão a vigilância em saúde (inclusive epide-miológica e sanitária); a capacitação do pessoal do Sistema Único de Saúde (SUS); a produção, compra e distribuição de medicamentos, sangue e derivados; a gestão do sistema público de saúde; as obras na rede física do SUS e a remu-neração de pessoal em exercício na área.

Beto Oliveira/Câmara dos Deputados

Na Câmara, deputados federais aprovam a regulamentação da Emenda29

Por outro lado, União, estados e municípios não poderão considerar as despesas com o pagamento de inativos e pensionistas; merenda escolar; limpeza urbana e remoção de resíduos; ações de assistência social; e obras de infraestrutura.

Câmara distorce emenda

A matéria original, do então senador Tião Viana (PT-AC), foi aprovada, em 2008, por unanimidade, no Senado, e totalmente distorcida pela Câmara. O projeto alterado exclui os recursos do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e muda o montante que serve de base para calcular os 12% que os Estados devem repassar à saúde. Isso significa que o valor será calculado sobre um montante menor – o que deve reduzir entre R$ 6 bilhões e R$ 8 bilhões os repasses estaduais ao setor.

O presidente do Sinmed-MG, Cristiano da Matta Machado, explica que a regulamentação da Emenda 29 era uma das principais bandeiras das entidades médicas, mas lamenta a perda de recursos.

"Esperamos que os senadores tenham sensibilidade em votar o projeto de lei preservando o texto original. Assim, a verba reservada para a Saúde será de 10% do PIB líquido, cerca de R$ 40 bilhões", destaca, lembrando que todos os esforços devem se voltar agora para o Senado.

Histórico

- *Promulgação EC 29:* PEC 169/2000 transformou-se na Emenda Constitucional 29 (EC 29) definindo o mínimo de cada esfera de governo: União destinará à saúde 10% das suas receitas correntes brutas e Estados e Municípios continuam obrigados a destinar, no mínimo, 12% e 15%, respectivamente, dos seus orçamentos próprios à Saúde.

- *PLP 1/2003:* autoria do deputado Roberto Gouveia. Regulamenta a EC 29; define melhor as ações e serviços de saúde e quais são os mecanismos de utilização, repasse e controle dos recursos.

- *PL 306/2008:* autoria do senador Tião Viana. Definição pormenorizada do que são gastos em saúde. Despesas devem ser destinadas a ações e serviços de acesso universal e devem ser de responsabilidade específica do setor saúde.

- *Agosto/2010:* o presidente da Câmara, Michel Temer, anuncia que vai colocar em votação a regulamentação da Emenda Constitucional 29; proposta não pode ser votada porque o projeto que cria o fundo social do pré-sal, que tramita em regime de urgência, obstrui as votações dos projetos de lei ordinária ou complementar.

- *Setembro/2011:* projeto é votado pela Câmara. Segue, agora, para o Senado.

Minas é o estado que menos gasta em Saúde

A regulamentação da EC 29 será extremamente importante para que não haja mais "desculpas" para a aplicação incorreta dos recursos da saúde em atividades correlatas, o que vem acontecendo, principalmente em Minas Gerais.

Conforme matéria publicada na Folha de São Paulo, em 4 de julho último, Minas Gerais é o campeão dos gastos inflados na lista dos Estados que não estão cumprindo o preconizado pela EC 29. Dos R$2,7 bilhões que o governo de Minas declarou ter gasto com saúde em 2008, R$835,4 milhões foram descartados pelo governo federal.

Ou seja, na conta da saúde entraram indevidamente gastos com o pagamento de aposentadorias e pensões de servidores, repasses para um fundo que financia casas para funcionários da Assembleia Legislativa do Estado e, principalmente, gastos relacionados a saneamento básico urbano executados pela Copasa. Com a regulamentação os médicos esperam que essas distorções sejam corrigidas.

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas - CEP: 30130 090 - BH - MG